

## **LEI ORDINÁRIA Nº 84**

*de 20 de novembro de 1991*

### **Dispõe sobre a criação, composição e competência do Conselho Municipal de Saúde.**

*EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele Sanciona e promulga a seguinte*

*Lei:*

#### **Art. 1º..**

*Fica criado como órgão de assessoramento na elaboração e controle das políticas de saúde, bem como na formulação, fiscalização e acompanhamento do sistema único de saúde, o Conselho Municipal de saúde CMS.*

#### **Art. 2º..**

*O Conselho Municipal de Saúde - CMS, será presidido pelo Chefe do Serviço Municipal de Saúde ou por quem em ato específico para tanto vier a ser designado pelo Prefeito Municipal, e terá a seguinte composição:*

#### **I.**

*Um representante do Serviço Municipal de Saúde.*

#### **II.**

*Um representante da Secretaria do Estado de Saúde.*

#### **III.**

~~*Dois representantes de prestadores de Serviço de Saúde, sendo um de entidade filantrópica e outro de entidade com fins lucrativos;*~~

~~*(REVOGADO)*~~

#### **IV.**

*Um representante dos trabalhadores da Saúde;*

*(REVOGADO)*

#### **V.**

*Dois representantes dos usuários, indicados pelos sindicatos, associações e conselhos comunitários, na forma a ser indicada em regulamento.*

*(REVOGADO)*

#### **1º**

*Cada representante será nomeado pelo Prefeito Municipal, mediante critérios a serem estabelecidos e Decreto, conjuntamente com o seu respectivo suplemento;*

#### **2º**

*No caso de afastamento temporário ou definitivo do Conselho titular, assumirá automaticamente, com direito a voz e voto, o seu respectivo suplente.*

#### **3º**

*Os órgãos e entidades mencionadas neste artigo poderão, a qualquer momento, propor ao Prefeito Municipal a substituição dos seus respectivos representantes.*

#### **4º**

*Será dispensado o Conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco intercaladas durante o ano.*

#### **5º**

*No término do mandato do Prefeito Municipal, considerar-se-à dispensados todos os membros do Conselho Municipal de Saúde.*

#### **6º**

*As funções de membro do Conselho Municipal de Saúde não serão remunerados, sendo seu exercício considerado serviço público relevante à preservação da saúde da população.*

### **Art. 3º..**

*O Conselho reunir-se-à ordinariamente na primeira semana de cada mês extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente ou a requerimento de dois terços de seus membros.*

#### **1º**

*As Sessões plenárias do Conselho Municipal de Saúde instalar-se-ão na hora prevista designada com a presença da maioria do seus membros, e meia hora depois com qualquer número de conselheiros presentes.*

#### **2º**

*Cada membro terá direito a um voto e as deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos representantes;*

#### **3º**

*O Presidente do Conselho Municipal do Saúde terá, além do voto comum, o do qualidade em caso do empate, bem como a prerrogativa de deliberar "ad referendum" do Plenário.*

#### **4º**

*As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciados em Deliberações que para serem executados dependerão de homologação do Prefeito Municipal.*

### **Art. 4º..**

*O Conselho Municipal do Saúde poderá convidar entidades, autoridades, cientistas e técnicos para colaborarem em estudos ou participarem de comissões instituídas no âmbito do Município.*

### **Parágrafo único. .**

*As comissões terão a finalidade do promover estudos com vistas à compatibilização de políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução envolva áreas não compreendidas no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e em especial:*

**a).**

*alimentação e nutrição;*

**b).**

*vigilância sanitária e farmacoepidemiologia;*

**c).**

*recursos humanos;*

**d).**

*ciência e tecnologia; e*

**e).**

*saúde do trabalhador.*

#### **Art. 5º..**

*O Conselho Municipal de Saúde poderá ter um Secretário Executivo, indicado pelo seu Presidente e designado pelo Prefeito Municipal.*

#### **Art. 6º..**

*Serão criadas comissões de integração entre os serviços de saúde e as instituições do ensino profissional e superior, com a finalidade de propor prioridades, métodos e estratégias para as formações continuadas do recursos humanos do Sistema Único de Saúde - SUS, assim como em relação à, pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições.*

#### **Art. 7º..**

*A Organização e funcionamento do Conselho Municipal de Saúde - CMS serão disciplinados em Regime Interno aprovado pelo Plenário e homologado por Decreto do Prefeito Municipal.*

#### **Art. 8º..**

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

*Gabinete do Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso  
do Sul, aos 20 (vinte) dias do mês de Novembro de 1 991.*

***EDWINO RAIMUNDO SCHULTZ****Prefeito Municipal*

---

*Lei Ordinária Nº 84/1991 - 20 de novembro de 1991*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*